

Santa Casa da Misericórdia de Mora



**Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2021**

Índice

Balanço	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	5
Demonstração de Fluxos de Caixa.....	6
Anexo.....	7
1. Identificação da Entidade.....	7
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	7
3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	8
4. Ativos Fixos Tangíveis.....	14
5. Ativos Intangíveis	15
6. Investimentos Financeiros	16
7. Locações	17
8. Custos de Financiamentos Obtidos.....	17
9. Inventários	17
10. Rédito	18
11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	19
12. Subsídios e outros apoios das entidades públicas	19
13. Imposto sobre o Rendimento	20
14. Benefícios dos empregados	20
15. Ativos Biológicos	21
16. Outras Divulgações	21
17. Outras Informações.....	21
17.1 Acontecimentos após data do Balanço.....	22
17.2 Créditos a receber (Clientes e Utentes).....	22
17.3 Outros Ativos Correntes.....	22
17.4 Diferimentos	22
17.5 Caixa e Depósitos Bancários	23
17.6 Fundos Patrimoniais.....	23
17.7 Fornecedores	23
17.8 Estado e Outros Entes Públicos.....	24
17.9 Outros passivos correntes.....	24
17.10 Fornecimentos e serviços externos.....	24
17.11 Aumentos / Reduções de justo valor	24
17.12 Outros rendimentos.....	25
17.13 Outros gastos	25
17.14 Gastos Financeiros	25
17.15 Partes relacionadas	25
17.16 Aplicação de Resultado Líquido do Período.....	26

Balança

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MORA
Balança em 31 de Dezembro de 2021

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2021	31-12-2020
Euros			
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	4.2	10 346 637,93	10 259 926,18
Bens do património histórico e cultural	4.1	184 889,23	170 480,97
Investimentos financeiros	6	362 792,31	639 508,26
		10 894 319,47	11 069 915,41
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	9 e 15	1 795 724,95	1 470 600,08
Créditos a Receber	17.2	269 518,41	231 733,08
Estado e outros Entes Públicos	17.9	13 738,70	11 878,75
Diferimentos	17.4	12 655,49	10 180,83
Outros Ativos Correntes	17.3	1 152 601,12	600 159,27
Caixa e Depósitos Bancários	17.5	1 744 696,12	1 904 443,94
		4 988 934,79	4 228 995,95
TOTAL DO ATIVO		15 883 254,26	15 298 911,36
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS:			
Fundos	17.6	5 768 976,13	5 768 976,13
Resultados Transitados	17.6	7 363 005,36	7 116 815,83
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	17.6	890 575,43	1 094 602,90
Resultado Líquido do Período	17.6	109 185,32	246 189,53
Total dos Fundo Patrimoniais		14 131 742,24	14 226 584,39
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	7 e 8	2 272,43	7 080,40
		2 272,43	7 080,40
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	17.7	90 740,84	57 702,52
Estado e outros Entes Públicos	17.8	95 874,53	60 972,01
Financiamentos obtidos	7 e 8	4 795,55	4 783,13
Diferimentos	17.4	1 119 817,13	497 969,75
Outros Passivos Correntes	17.9	438 011,54	443 819,16
		1 749 239,59	1 065 246,57
Total do Passivo		1 751 512,02	1 072 326,97
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		15 883 254,26	15 298 911,36

Mora, 6 de Abril de 2022
A Contabilista Certificada

Naércio Teles

A Mesa Administrativa

Jose Dias Oliveira
Paulo Miguel
António José
Precedente

Atenua 3
Tem a mesa morri sempre Borden

Demonstração dos Resultados por Naturezas

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MORA
 Demonstração dos Resultados por Naturezas
 Período Findo em 31 de Dezembro de 2021

Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODO	
		2021	2020
Vendas e Serviços Prestados	10	1 678 514,43	1 627 160,33
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	12	1 199 265,32	1 269 486,01
Variacão nos inventários da Produção	9	333 756,45	333 756,45
Trabalhos para a Própria Entidade			13 913,47
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	9	(411 569,41)	(431 500,62)
Fornecimentos e Serviços Externos	17.10	(517 053,48)	(582 745,29)
Gastos com o Pessoal	14	(2 365 861,85)	(2 164 793,56)
Imparidade de Dívidas a Receber (perdas/reversões)	17.2	(581,78)	(4 461,31)
Aumentos/Reduções de Justo Valor	17.11	(2 727,69)	(5 507,09)
Outros Rendimentos	17.12	418 593,89	423 471,62
Outros Gastos	17.13	(27 722,20)	(35 656,78)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		304 613,68	443 123,23
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	5	(194 874,88)	(196 402,19)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		109 738,80	246 721,04
Juros e Gastos Similares Suportados	17.14	(553,48)	(531,51)
Resultados antes de impostos		109 185,32	246 189,53
Imposto sobre o Rendimento do Período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		109 185,32	246 189,53

Mora, 6 de Abril de 2022
 A Contabilista Certificada

Paizlic Teles

A Mesa Administrativa

José Luís Oliveira
Paulo Rafael dos Santos
Fernando dos Anjos Mendes

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MORA

Demonstrações das Alterações Nos Fundos Patrimoniais no período 2020

Euros

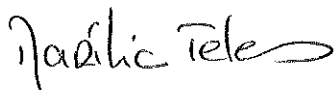
DESCRIÇÃO	Notas	Fundos	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	1	5 768 976,13	6 793 621,57	1 403 311,97	323 194,26	14 289 103,93
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			323 194,26	(308 709,07)	(323 194,26)	(308 709,07)
	2	-	323 194,26	(308 709,07)	(323 194,26)	(308 709,07)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				246 189,53	246 189,53
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3				(77 004,73)	(62 519,54)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5					
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020	6=1+2+3+5	5 768 976,13	7 116 815,83	1 094 602,90	246 189,53	14 226 584,39

Demonstrações das Alterações Nos Fundos Patrimoniais no período 2021

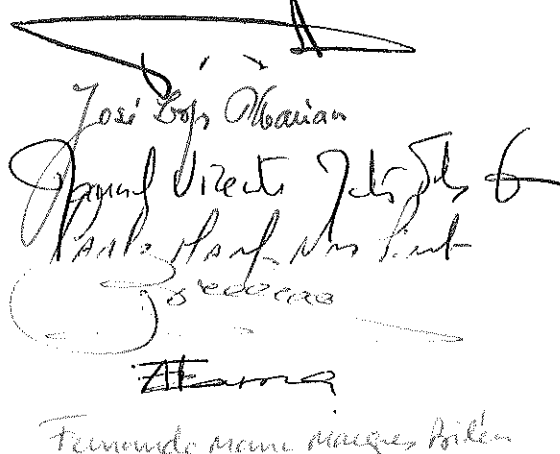
DESCRIÇÃO	Notas	Fundos	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	6	5 768 976,13	7 116 815,83	1 094 602,90	246 189,53	14 226 584,39
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			246 189,53	(204 027,47)	(246 189,53)	(204 027,47)
	7	-	246 189,53	(204 027,47)	(246 189,53)	(204 027,47)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				109 185,32	109 185,32
RESULTADO INTEGRAL	9 = 7 + 8				(137 004,21)	(94 842,15)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	10					
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021	6+7+8+10	5 768 976,13	7 363 005,36	890 575,43	109 185,32	14 131 742,24

Mora, 6 de Abril de 2022

A Contabilista Certificada



A Mesa Administrativa



Demonstração de Fluxos de Caixa

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MORA
 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
 Período Findo em 31 de Dezembro de 2021

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das actividade operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		1 648 357,69	1 674 197,55
Pagamentos de subsídios		(2 266,69)	(4 887,57)
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas		(4 320,00)	(5 880,00)
Pagamento a fornecedores		(904 728,46)	(1 051 606,26)
Pagamentos ao pessoal		(1 597 582,87)	(1 475 374,34)
Caixa gerada pelas operações		(860 540,33)	(863 550,62)
Outros recebimentos/pagamentos		553 073,33	377 671,06
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(307 467,00)	(485 879,56)
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(294 786,63)	(374 520,83)
Investimentos financeiros		(5 092,82)	(2 456,59)
Outros Ativos (bens do património histórico e cultural)	4.1	(14 408,26)	-
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	6	120 000,00	80 000,00
Outros Ativos		347 066,72	333 780,74
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		289,20	3 156,27
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		153 068,21	39 959,59
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(4 795,55)	(4 620,88)
Juros e gastos similares	17.14	(553,48)	(531,51)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(5 349,03)	(5 152,39)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(159 747,82)	(451 072,36)
Efeito das diferenças de câmbio			
			-
Caixa e seus equivalentes no início do período	17.5	1 904 443,94	2 355 516,30
Caixa e seus equivalentes no fim do período	17.5	1 744 696,12	1 904 443,94

Mora, 6 de Abril de 2022
 A Contabilista Certificada

Paula Teles

A Mesa Administrativa

José Lito Oliveira
Paula Teles
Paula Teles
Paula Teles
Paula Teles
Fernando Manuel Soares Boleiro

Anexo

1. Identificação da Entidade

1.1 Denominação da Entidade

Santa Casa da Misericórdia de Mora (SCMM)

1.2 Sede

Rua São João de Deus s/n 7490-252 Mora

1.3 Natureza da atividade

A **Santa Casa da Misericórdia de Mora (SCMM)** é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS, registada na Direção Geral de Ação Social sobre o nº 2/82 a folhas 16 e verso do Livro nº 1 das Irmandades da Misericórdia, tem a sua sede em Mora, na Rua S. João de Deus. Constituída na ordem jurídica canónica tem como objetivo satisfazer carências sociais e praticar atos de culto católico.

No âmbito da sua atividade social a Instituição desenvolve as ações principais nos sectores da Segurança Social, Saúde e Educação.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector não Lucrativo (SNC-ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomaram-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A entidade reconhece os rendimentos e gastos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração de resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos e vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2021 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

2.2 Indicação e justificação das disposições da normalização para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC e normas que integram a normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL).

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

Na preparação das presentes demonstrações financeiras não foram excecionalmente derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL tendo em vista a necessidade de as mesmas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da Entidade. O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 Principais políticas Contabilísticas

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Santa Casa da Misericórdia de Mora, mantidos de acordo com NCRF para as Entidades do Setor não Lucrativo em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.1.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	
(Descrição)	Vida Útil (Anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	6

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.1.2 Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso e contabilizados pela primeira vez.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de permitir atividades presentes e futuras e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.1.3 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade. As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

ATIVOS INTANGÍVEIS	
(Descrição)	Vida Útil (Anos)
Outros Ativos Intangíveis	3

3.1.4 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período.

3.1.5 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao custo de aquisição.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

3.1.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

i. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

ii. Créditos a receber e outros ativos correntes

Os "Clientes" e os "Outros créditos a receber" encontram-se registados pelo seu valor nominal.

iii. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

iv. Fornecedores e Outros passivos correntes

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros passivos correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.1.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos por terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.1.8 Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. Não se constituíram provisões no exercício.

3.1.9 Financiamentos Obtidos

i. Financiamentos obtidos

Os "Financiamentos Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados". Os "Encargos Financeiros" de "Financiamentos Obtidos" estão relacionados com juros de locação financeira. Os "Financiamentos Obtidos" estão divulgados na Nota 8.

ii. Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.1.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.1.10 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) nº 1 do artigo 10º do Código do Imposto das Pessoas Coletivas, a Instituição está isenta de IRC. Para o efeito observam-se ainda as isenções concedidas:

1. Por despacho de 26/09/1989 do Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, publicado no DR nº 270, III Série de 23 de Novembro de 1989 e;
2. Por despacho conjunto nº 95/97 dos Srs. Ministros das Finanças e da Solidariedade e Segurança Social, publicado no DR nº 149, II Série de 01/07/1997.

3.1.11 Ativos Biológicos

As Demonstrações Financeiras devem refletir os efeitos da transformação biológica, representados pelas alterações do justo valor dos ativos biológicos.

O modelo do custo não reflete os efeitos da transformação biológica devido à diferença entre a fase inicial e a fase da colheita. Sempre que aplicação do justo valor não seja fiavelmente mensurado os ativos são valorizados ao custo histórico menos as depreciações acumuladas.

Os ativos biológicos subdividem-se em consumíveis e de produção.

Na classe de Ativos Biológicos de Produção a Direção optou por não registar ao seu justo valor por entender que, face à natureza dos ativos em avaliação, a determinação daquele depende de pressupostos que poderão não ser fiavelmente apurados, e conseqüentemente o eventual justo valor não seria mensurado com fiabilidade. Estão nesta classe os Ativos Biológicos classificados em POC no Imobilizado Corpóreo.

É no entanto convicção da Mesa Administrativa, com base em alguns indicadores, que com a política seguida de registo dos ativos biológicos ao custo de aquisição não resultam diferenças materialmente relevantes face ao seu registo ao justo valor.

Na classe dos Ativos Biológicos consumíveis, Cortiça pela valorização do fruto pendente, são mensurados ao justo valor deduzido dos custos estimados desde aí ao ponto de venda, tendo como ponto de base a qualidade do produto vendido aquando da última extração, a cotação no SIMA, e ainda as condições que o mercado atual paga.

3.1.12 Subsídios do governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições a ele associadas e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis devem ser inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais e subsequentemente, imputadas numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem. Consideram-se subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão de subsídio a favor da Instituição, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios são recebidos.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos. Um subsídio pode tornar-se recebível pela Instituição como compensação por rendimentos incorridos num período anterior. Um tal subsídio é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível, com a divulgação necessária para assegurar que o seu efeito seja claramente compreendido.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo exercício em que são reconhecidos os gastos das ações e atividades subsidiadas.

3.1.13 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que os benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

3.1.14 Especialização dos Exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas e são registadas nas rubricas de diferimentos.

3.1.15 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

b) Outras políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF- ESNL.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro

Com base na informação disponível e expectativas futuras, a SCMM continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

3.2 Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

Não existiram alterações às políticas contabilísticas aplicadas no ano.

3.3 Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Santa Casa adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber e subsídios à exploração.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

3.4 Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

Não se verificaram correções de erros de períodos anteriores.

4. Ativos Fixos Tangíveis

4.1 - Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2020, ocorreram os seguintes movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural":

Custo	Saldo em 01/01/2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Unidade Monetária: Euros	
					Revalorizações	Saldo em 31/12/2020
Museus	170 480,97	0,00	0,00	0,00	0,00	170 480,97
Total	170 480,97	0,00	0,00	0,00	0,00	170 480,97

No período de 2021, ocorreram os seguintes movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural":

Custo	Saldo em 01/01/2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Unidade Monetária: Euros	
					Revalorizações	Saldo em 31/12/2021
Museus	170 480,97	14 408,26	0,00	0,00	0,00	184 889,23
Total	170 480,97	14 408,26	0,00	0,00	0,00	184 889,23

4.2 - Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS							Unidade Monetária: Euros
Custo	Saldo em 01/01/2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/12/2020	
Terrenos e recursos naturais	4 027 859,92	0,00	0,00	0,00	0,00	4 027 859,92	
Edifícios e outras construções	7 730 832,89	20 694,48	0,00	0,00	0,00	7 751 527,37	
Equipamento básico	1 175 603,94	52 715,21	0,00	0,00	0,00	1 228 319,15	
Equipamento de transporte	387 610,06	50 300,00	0,00	0,00	0,00	437 910,06	
Equipamento biológico	384 526,32	0,00	0,00	0,00	0,00	384 526,32	
Equipamento administrativo	754 855,67	55 758,20	0,00	0,00	0,00	810 613,87	
Outros Ativos Fixos Tangíveis	89 383,95	3 037,00	0,00	0,00	0,00	92 420,95	
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	746 688,53	192 729,41	0,00	0,00	0,00	939 417,94	
Total	15 297 361,28	375 234,30	0,00	0,00	0,00	15 672 595,58	
Depreciações acumuladas							
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Edifícios e outras construções	3 000 323,56	131 846,71	0,00	0,00	0,00	3 132 170,27	
Equipamento básico	1 035 348,57	30 983,11	0,00	0,00	0,00	1 066 331,68	
Equipamento de transporte	375 758,92	14 356,12	0,00	0,00	0,00	390 115,04	
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Equipamento administrativo	722 130,08	18 214,82	0,00	0,00	0,00	740 344,90	
Outros Ativos Fixos Tangíveis	82 706,24	1 001,27	0,00	0,00	0,00	83 707,51	
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total	5 216 267,37	196 402,03	0,00	0,00	0,00	5 412 669,40	

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021

Ativos Fixos Tangíveis	Valor Total	Total Depreciações	Saldo Final
Ano 2020	15 672 595,58	5 412 669,40	10 259 926,18

Unidade Monetária: Euros

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Saldo em 01/01/2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/12/2021
Terrenos e recursos naturais	4 027 859,92	0,00	0,00	0,00	0,00	4 027 859,92
Edifícios e outras construções	7 751 527,37	31 625,71	0,00	0,00	0,00	7 783 153,08
Equipamento básico	1 228 319,15	3 800,34	0,00	0,00	0,00	1 232 119,49
Equipamento de transporte	437 910,06	0,00	0,00	0,00	0,00	437 910,06
Equipamento biológico	384 526,32	0,00	0,00	0,00	0,00	384 526,32
Equipamento administrativo	810 613,87	9 042,28	0,00	0,00	0,00	819 656,15
Outros Ativos fixos tangíveis	92 420,95	3 253,35	0,00	0,00	0,00	95 674,30
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	939 417,94	233 864,95	0,00	0,00	0,00	1 173 282,89
Total	15 672 595,58	281 586,63	0,00	0,00	0,00	15 954 182,21
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	3 132 170,27	132 358,25	0,00	0,00	0,00	3 264 528,52
Equipamento básico	1 066 331,68	27 243,29	0,00	0,00	0,00	1 093 574,97
Equipamento de transporte	390 115,04	14 254,98	0,00	0,00	0,00	404 370,02
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	740 344,90	18 991,92	0,00	0,00	0,00	759 336,82
Outros Ativos Fixos Tangíveis	83 707,51	2 026,44	0,00	0,00	0,00	85 733,95
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	5 412 669,40	194 874,88	0,00	0,00	0,00	5 607 544,28

Ativos Fixos Tangíveis	Valor Total	Total Depreciações	Saldo Final
Ano 2021	15 954 182,21	5 607 544,28	10 346 637,93

5. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Custo	Saldo em 01/01/2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorização	Saldo em 31/12/2020
Outros Ativos intangíveis	23 343,74	0,00	0,00	0,00	0,00	23 343,74
Total	23 343,74	0,00	0,00	0,00	0,00	23 343,74
Depreciações acumuladas						
Outros Ativos intangíveis	23 343,74	0,00	0,00	0,00	0,00	23 343,74
Total	23 343,74	0,00	0,00	0,00	0,00	23 343,74
Saldo Líquido						
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Custo	Saldo em 01/01/2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorização	Saldo em 31/12/2021
Outros Ativos intangíveis	23 343,74	0,00	0,00	0,00	0,00	23 343,74
Total	23 343,74	0,00	0,00	0,00	0,00	23 343,74
Depreciações acumuladas						
Outros Ativos intangíveis	23 343,74	0,00	0,00	0,00	0,00	23 343,74
Total	23 343,74	0,00	0,00	0,00	0,00	23 343,74
Saldo Líquido						
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6. Investimentos Financeiros

Os "Investimentos Financeiros" ocorridos nos períodos de 2020 e 2021 foram os seguintes:

	Unidade Monetária: Euros					
	Saldo em 01-01-2020	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo em 31-12-2020
Participações de Capital	353 157,27	18 760,68	0,00	0,00	0,00	371 917,95
Empréstimos Concedidos	320 000,00	0,00	-80 000,00	0,00	0,00	240 000,00
Outros Investimentos Financeiros	11 907,76	24 520,27	-8 837,72	0,00	0,00	27 590,31
Total	685 065,03	43 280,95	-88 837,72	0,00	0,00	639 508,26

	Unidade Monetária: Euros					
	Saldo em 01-01-2021	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo em 31-12-2021
Participações de Capital	371 917,95	19 947,54	-175 577,29	0,00	0,00	216 288,20
Empréstimos Concedidos	240 000,00	0,00	-120 000,00	0,00	0,00	120 000,00
Outros Investimentos Financeiros	27 590,31	5 910,25	-6 996,45	0,00	0,00	26 504,11
Total	639 508,26	25 857,79	-302 573,74	0,00	0,00	362 792,31

INVESTIMENTOS FINANCEIROS	Unidade Monetária: Euros		
	Descrição	2021	2020
Investimentos em subsidiárias		336 288,20	611 917,95
Método de Equivalência Patrimonial a)		216 288,20	371 917,95
Empréstimos Concedidos b)		120 000,00	240 000,00
Investimentos em associadas		2 388,20	5 852,15
Método de Equivalência Patrimonial c)		2 388,20	5 852,15
Outros Métodos		0,00	0,00
investimentos em entidades conjuntamente controladas		0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial		0,00	0,00
Outros Métodos		0,00	0,00
Investimentos noutras empresas		4 658,74	7 373,81
Caixa Crédito Agrícola Moravis		498,80	498,80
Cooperativa Agrícola Mora		7,48	7,48
Banco Português de Gestão		4 152,46	6 867,53
Outros Investimentos Financeiros		19 457,17	14 364,35
Fundos de Compensação do Trabalho		18 662,34	13 569,52
Fundos de Reestruturação do Sector Social		794,83	794,83
Perdas por Imparidade Acumuladas		0,00	0,00
Total		362 792,31	639 508,26

- a) Referente à situação líquida da FARMORA Sociedade Unipessoal Lda. em 2021
 b) Empréstimo feito pela Santa Casa da Misericórdia de Mora à Farmora Lda.
 c) Referente à participação na situação líquida da Socimora, Lda em 2021

Considera-se parte relacionada (analisado em pormenor na nota 17.15) a entidade "FARMORA Sociedade Unipessoal Lda.", uma vez o seu capital social é detido a 100% pela Santa Casa da Misericórdia de Mora, bem como a "SOCIMORA – SOCIEDADE CINEGÉTICA DE MORA, Lda", cujo capital é detido em 30% pela Santa Casa.

No decurso do ano de 2021 a Farmora, Lda devolveu à Santa Casa o montante de 120.000 € dos empréstimos concedidos (2020: 80.000 €).

Nesta data encontra-se pendente de devolução o valor de 120.000 €.

7. Locações

A Entidade apresenta os seguintes ativos adquiridos com recurso à **locação financeira**:

	Unidade Monetária: Euros					
	2021			2020		
	Custo	Amortizações	Valor	Custo	Amortização	Valor
Equipamento Transporte 77-SN-92	23 500,00	23 500,00	0,00	23 500,00	17 625,00	5 875,00
Total	23 500,00	23 500,00	0,00	23 500,00	17 625,00	5 875,00

	Unidade Monetária: Euros					
	2021			2020		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um Ano	4 795,55	194,94	4 600,61	4 783,13	379,04	5 162,17
De um a cinco anos	2 272,43	92,38	2 180,05	7 080,40	210,24	7 290,64
Total	7 067,98	287,32	6 780,66	11 863,53	589,28	12 452,81

8. Custos de Financiamentos Obtidos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 a rubrica “**Financiamentos obtidos**” apresentava os seguintes valores:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	Unidade Monetária: Euros					
	2021			2020		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não	Total
Locações Financeiras	4 795,55	2 272,43	7 067,98	4 783,13	7 080,40	11 863,53
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	4 795,55	2 272,43	7 067,98	4 783,13	7 080,40	11 863,53

9. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2021 a rubrica “**Inventários**” apresentava os seguintes valores:

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021

INVENTÁRIOS	Unidade Monetária: Euros				
	Inventário em 01/01/2020	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2020	CMVMC
Mercadorias	942,40	8 674,00	0,00	9 616,40	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	27 160,11	452 959,94	474,49	49 093,92	431 500,62
Ativos Biológicos	1 078 133,31	0,00	333 756,45	1 411 889,76	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1 106 235,82	461 633,94	334 230,94	1 470 600,08	431 500,62

INVENTÁRIOS	Unidade Monetária: Euros				
	Inventário em 01/01/2021	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2021	CMVMC
Mercadorias	9 616,40	0,00	8 674,00	942,40	17 348,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	49 093,92	394 263,83	0,00	49 136,34	394 221,41
Ativos Biológicos	1 411 889,76	0,00	333 756,45	1 745 646,21	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1 470 600,08	394 263,83	342 430,45	1 795 724,95	411 569,41

Nota: A partir de 2016, o ativo biológico cortiça passou a ser valorizado pelo critério do fruto pendente, tendo sido estimado 1/9 para a cortiça de todas as Herdades propriedade da Instituição, com base nas condições de venda praticadas pela mesma.

De referir que os valores da rubrica "*Matérias-primas, subsidiárias e de consumo*" se desdobram da seguinte forma:

Unidade Monetária: Euros	
Matérias-Primas	4 387,64
Matérias Subsidiárias	44 748,70
Matérias de Consumo	0,00
Total	49 136,34

10. Rédito

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes **Réditos**:

Descrição	Unidade Monetária: Euros	
	2021	2020
Vendas	61 288,20	33 470,00
Prestação de Serviços	1 617 226,23	1 593 690,33
- Quotas / Mensalidades	781 327,94	769 993,73
- Internamento Consulas Enfermagem	764 873,49	755 358,75
- Meios Complementares Diagnóstico Terapeuti	13 233,00	20 800,56
- Intervenção Precoce	13 318,32	13 318,32
- Outras Prestações Serviços C/ IVA	15 460,13	15 170,75
- Outras Prestações Serviços Isentas	29 013,35	19 048,22
Juros	289,20	476,91
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	1 678 803,63	1 627 637,24

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não existe qualquer situação à data de 31 de dezembro de 2021 que necessite da realização de uma provisão.

Não se identificam ativos contingentes.

Como passivo contingente temos a seguinte ação identificada pelo Advogado:

Processo n.º1446/21.6T8EVR

Tribunal Judicial da Comarca de Évora, Juízo Central Cível e Criminal de Évora – Juiz 1

Autor: Henrique Manuel Dos Santos Silva

Valor da causa: 446.397,98 €

No dia 3 de dezembro de 2021, teve lugar a audiência prévia. Aguarda-se neste momento que seja proferida a referida decisão (despacho saneador).

12. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A 31 de Dezembro de 2020 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

DESCRIÇÃO	Unidade Monetária: Euros	
	2021	2020
Subsídios do Governo		
Instituto de Segurança Social - Centro	1 026 703,38	1 001 004,05
- Creche	138 747,06	124 639,21
- Jardim de Infância	56 557,84	71 142,97
- Atendimento / Acompanhamento Social	42 070,53	40 608,60
- Fórum Sócio-Ocupacional	45 288,72	41 576,26
- Lar de Idosos	497 399,99	445 439,97
- Centro de Dia	9 150,67	30 377,66
- Serviço de Apoio Domiciliário	183 484,60	195 091,98
- Intervenção Precoce	54 003,97	52 127,40
Instituto de Emprego e Formação	14 908,25	6 438,00
Projeto CLDS 4G	91 266,78	35 476,12
Adaptar Social +	2 931,87	3 853,33
Outros	11 214,49	12 439,07
-Cáritas	2 392,00	782,41
- Subsídios Covid-19	3 921,49	11 656,66
- apoio SMN	4 901,00	
IFAP	49 502,24	208 045,64
-Subsídio IFAP	49 502,24	41 388,75
-Subsídios IFAP Barroca	0,00	44 836,38
-Subsídios IFAP Pincalinhos	0,00	121 820,51
Total	1 196 527,01	1 267 256,21

No âmbito das medidas de apoio às empresas e outras entidades, aprovadas pelo Governo para fazer face à situação de pandemia (Covid-19), a Santa Casa da Misericórdia de Mora recebeu o montante de 8.822,49 €, referente ao apoio excecional à família para trabalhadores por conta de outrem.

Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2020 e 2021 os seguintes subsídios e donativos em espécie / dinheiro:

Descrição	Unidade Monetária: Euros	
	2021	2020
Subsídios e outros apoios de entidades	1 196 527,01	1 269 486,01
Donativos em Espécie /dinheiro	2 738,31	0,00
Total	1 199 265,32	1 269 486,01

13. Imposto sobre o Rendimento

A Instituição está isenta de IRC nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 10º do CIRC.

14. Benefícios dos empregados

Os benefícios de empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal, isenção de horário de trabalho, abono para falhas, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Mesa Administrativa.

As obrigações decorrentes dos benefícios são reconhecidas como um gasto no período em que os serviços são prestados.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2020 foi de 148, em 31/12/2021 foi de 153 funcionários (sendo 131 efetivos e os restantes justificados com compensação de baixas, férias e higienização de espaços de acordo com as normas definidas pelas Direção Geral de Saúde devido à pandemia Covid-19. Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	Unidade Monetária: Euros	
	2021	2020
GASTOS COM PESSOAL		
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao Pessoal	1 904 634,62	1 763 765,45
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre as Remunerações	395 742,23	361 652,75
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	15 930,67	17 244,68
Gastos de Acção Social		
Outros Gastos com o Pessoal	49 554,33	22 130,68
Total	2 365 861,85	2 164 793,56

Os Órgãos Sociais em funções foram eleitos em 27 de dezembro de 2019 para o quadriénio 2020 a 2023.

a) Quantias dos adiantamentos e dos créditos concedidos, taxas de juro, principais condições e quantias reembolsadas, amortizadas ou objeto de renúncia;

Não foram efetuados quaisquer tipos de adiantamentos a membros dos Órgãos Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Mora, como sejam os membros da Assembleia Geral, a Mesa Administrativa e Conselho Fiscal.

b) Compromissos assumidos em seu nome a título de garantias de qualquer natureza, e quantia global para cada categoria;

Não existem compromissos assumidos em nome dos membros dos Órgãos Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Mora.

c) Remunerações dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão

Os Órgãos Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Mora, não são remunerados.

Mais se informa que, o número de membros dos Órgãos Sociais nos períodos de 2020 e 2021 foram respetivamente:

- Mesa da Assembleia Geral: 3 membros efetivos;
- Mesa Administrativa: 7 membros efetivos e 4 membros suplentes;
- Conselho Fiscal: 3 membros efetivos e 3 membros suplentes.

15. Ativos Biológicos

i. Ativos Biológicos de Produção

Ativos mensurados ao custo menos depreciação acumulada conforme paragrafo 31 da NCRF 17, corresponde ao Montado plantado (sobreiros) ao abrigo do projeto "RURIS", não tendo tido qualquer amortização por estar em fase de crescimento não tendo por isso atingido a maturidade para produção. Estes valores são apresentados no Balanço, na rubrica de Ativos Fixos Tangíveis, conforme Nota 4.2.

ii. Ativos Biológicos consumíveis

Os ativos são mensurados ao justo valor conforme paragrafo 13 da NCRF 17:

"Plantas cortiça (333.756,45) - O método utilizado para valorização do fruto pendente é feito pelo sistema de nonos à data da valorização tendo em conta a projeção da quantidade de arrobas da última tiragem de cortiça".

Este valor está incluído na rubrica de inventários conforme Nota 9.

Ativos Biológicos Consumíveis	Inventário em 01/01/2021	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2021
Cortiça				
H Pincaros e Gralheira	574 920,09		137 163,17	712 083,26
H Barroca	97 530,10		19 506,02	117 036,12
H Pinçalinhos	739 439,57		177 087,26	916 526,83
Total	1 411 889,76	0,00	333 756,45	1 745 646,21

16. Outras Divulgações

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas (ROC), para 2021, foram de 4.637,10 € com IVA incluído à taxa de 23% (2020:4.637,10 €).

17. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Acontecimentos após data do Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Mesa Administrativa no dia 6 de abril de 2022.

17.2 Créditos a receber (Clientes e Utentes)

Para os períodos de 2020 e 2021 a rubrica encontra-se desagregada da seguinte forma:

CRÉDITOS A RECEBER (CLIENTES E UTENTES)	Unidade Monetária: Euros	
	2021	2020
Descrição		
Clientes e Utentes c/c	408 269,00	368 549,55
Clientes	231 729,04	205 489,61
Utentes	176 539,96	163 059,94
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	138 750,59	136 816,47
Clientes	25 173,10	25 173,10
Utentes	113 577,49	111 643,37
Total	269 518,41	231 733,08
Perdas por Imparidade do período		
Descrição	2021	2020
Clientes	0,00	0,00
Utentes	(581,78)	(4 461,31)
Total	(581,78)	(4 461,31)

17.3 Outros Ativos Correntes

A rubrica "**Outros Ativos Correntes**" tinha em 31 de dezembro de 2020 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	Unidade Monetária: Euros	
	2021	2020
Adiantamentos ao pessoal	4 404,67	9 928,48
Fornecedores a Débito	1 634,97	5 011,05
Devedores por acréscimos de rendimentos	22 412,41	22 412,01
Outros Devedores	1 124 149,07	562 807,73
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	1 152 601,12	600 159,27

17.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2021, a rubrica "**Diferimentos**" englobava os seguintes saldos:

DIFERIMENTOS		Unidade Monetária: Euros	
Descrição	2021	2020	
Gastos a reconhecer			
- Seguros	11 522,86	10 180,83	
- Outros	1 132,63	0,00	
Total	12 655,49	10 180,83	
Rendimentos a reconhecer			
- IEFP - Estágios Ativar	18 452,05	0,00	
- Programa Pares	521 675,00	0,00	
- Viaturas PRR	25 000,00	0,00	
- Poise - CLDS 4G	251 595,90	347 969,75	
- Subsídios IFAP	153 094,18	0,00	
- Fundo Rainha D. Leonor	150 000,00	150 000,00	
	0,00	0,00	
Total	1 119 817,13	497 969,75	

17.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “*Caixa e Depósitos Bancários*”, a 31 de dezembro de 2020 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

CAIXA E DEPOSITOS BANCARIOS		Unidade Monetária: Euros	
Descrição	2021	2020	
Caixa	3 872,24	5 204,29	
Depósitos à ordem	1 370 823,88	1 528 171,72	
Depósitos a prazo	370 000,00	371 067,93	
Outros	0,00	0,00	
Total	1 744 696,12	1 904 443,94	

17.6 Fundos Patrimoniais

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica dos fundos patrimoniais.

Descrição	Unidade Monetária: Euros			
	Saldo em 01/01/2021	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31/12/2021
Fundos	5 768 976,13			5 768 976,13
Resultados transitados	7 116 815,83	246 189,53		7 363 005,36
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 094 602,90	5 107,07	-209 134,54	890 575,43
Resultado Líquido do Período	246 189,53	109 185,32	-246 189,53	109 185,32
Total	14 226 584,39	360 481,92	-455 324,07	14 131 742,24

17.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “*Fornecedores*” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	90 740,84	57 702,52
Total	90 740,84	57 702,52

17.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” apresenta a seguinte discriminação:

ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS		Unidade Monetária: Euros	
Descrição	2021	2020	
ATIVO			
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00	
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	13 738,70	11 878,75	
Outros impostos e Taxas	0,00	0,00	
Total	13 738,70	11 878,75	
PASSIVO			
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00	
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	9 712,54	5 817,81	
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	23 930,70	11 521,83	
Segurança Social	62 231,29	43 632,37	
Outros impostos e Taxas	0,00	0,00	
Total	95 874,53	60 972,01	

17.9 Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	Unidade Monetária: Euros			
	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	0,00	547,61	0,00	336,75
Clientes /Utentes	0,00	0,00	0,00	3 815,81
Fornecedores de Investimentos	0,00	130 900,00	0,00	144 100,00
Credores por acréscimos de gastos	0,00	279 406,50	0,00	279 942,09
Outros credores	0,00	27 157,43	0,00	15 624,51
Total	0,00	438 011,54	0,00	443 819,16

17.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2021 foi a seguinte:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		Unidade Monetária: Euros	
Descrição	2021	2020	
Subcontratos	0,00	0,00	
Serviços especializados	275 041,45	384 188,93	
Materiais	21 393,39	32 057,85	
Energia e fluidos	180 367,59	134 974,30	
Deslocações, estadas e transportes	886,48	112,74	
Serviços diversos	39 364,57	31 411,47	
Total	517 053,48	582 745,29	

17.11 Aumentos / Reduções de justo valor

JUSTO VALOR		Unidade Monetária: Euros	
Descrição	2021	2020	
Perdas por Reduções Justo Valor	(2 767,55)	(5 630,38)	
Ganhos por Aumentos Justo Valor	39,86	123,29	
Total	(2 727,69)	(5 507,09)	

17.12 Outros rendimentos

A presente rubrica divide-se como segue:

OUTROS RENDIMENTOS	Unidade Monetária: Euros	
	2021	2020
Descrição		
Rendimentos Suplementares	2 650,96	7 168,86
Descontos de pronto pagamento obtidos	4 944,21	876,45
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	19 947,54	36 219,26
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	347 066,72	333 780,74
Outros rendimentos e ganhos	43 695,26	44 949,40
Juros de Depósitos Bancários	289,20	476,91
Total	418 593,89	423 471,62

17.13 Outros gastos

Esta rubrica encontra-se dividida da seguinte forma:

OUTROS GASTOS	Unidade Monetária: Euros	
	2021	2020
Descrição		
Impostos	9 525,56	10 179,60
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	1 856,75	0,00
Outros Gastos e Perdas	16 339,89	25 477,18
Total	27 722,20	35 656,78

17.14 Gastos Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos relacionados com juros e similares:

Descrição	Unidade Monetária: Euros	
	2021	2020
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	553,48	531,51
Total	553,48	531,51

17.15 Partes relacionadas

Subsidiária: FARMORA – SOCIEDADE UNIPessoal, Lda (NIF 510.061.478)

Percentagem de capital: 100% quotas

FARMORA:

RL do período de 2021= 19.947,54 € (2020: 34.997,45 €)

Capital Próprio 2021 = 436.928,91 € (2020: 683.991,62 €)

Associada: SOCIMORA – SOCIEDADE CINEGÉTICA DE MORA, LDA (NIF: 502.682.167)

Percentagem de capital: 30% quotas

SOCIMORA:

RL do período de 2021= - 6.195,79 € (2020: -1.287,57€)

Capital Próprio 2021 = 7.969,16 € (2020: 15.452,52 €)

Em ambas as empresas é aplicado o Método da Equivalência Patrimonial, conforme nota 3.1.4.

Este valor encontra-se registado na rubrica 685 (1.856,75 €) e 785 (19.947,54 €) e, por conseguinte, por a entidade aplicar o SNC-ESNL, surge na Demonstração de Resultados nas linhas "Outros Gastos" (nota 17.13) e "Outros Rendimentos" (nota 17.12).

As transações com as partes relacionadas são as seguintes:

Transações com Partes Relacionadas	(valores com IVA)			
	2021		2020	
	Compras	Rendas /Prestações serviços	Compras	Rendas /Prestações serviços
Subsidiária				
Farmora, Lda	34 145,17	59 063,40	69 899,76	57 912,00
Associada				
Socimora, Lda	0,00	0,00	0,00	1 153,48
Total	34 145,17	59 063,40	69 899,76	59 065,48

Os saldos entre partes relacionadas apresentam-se como se segue:

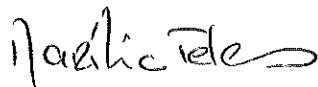
Saldos Pendentes com Entidades Relacionadas	2021		2020	
	Empréstimos	Fornecedores	Empréstimos	Fornecedores
Subsidiária				
Farmora, Lda	120 000,00	3 025,53	240 000,00	2 756,35
Associada				
Socimora, Lda	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	120 000,00	3 025,53	240 000,00	2 756,35

17.16 Aplicação de Resultado Líquido do Período


No uso da sua competência legal e estatutária, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Mora, propõe que a Assembleia Geral delibere:

- a) **Que o Resultado Líquido do Período de 2021, no montante de 109.185,32 €, seja transferido para Resultados Transitados.**

Mora, 6 de Abril de 2022
A Contabilista Certificada



A Mesa Administrativa



José Luís Oliveira
 Presidente do Conselho
 90 000 000
 Angélica da Conceição Bibal - Contabilista
 Fernando Manuel Marques Bibal